

## RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2021

**Viçosa/MG**  
**Março / 2022**

The logo for IPREVI, consisting of the letters 'IPREVI' in a bold, green, sans-serif font. The 'I' and 'P' are slightly larger and more prominent than the other letters.

Instituto de Previdência Municipal dos Servidores  
Públicos do Município de Viçosa

*"A nossa segurança começa aqui"*

## RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2021

# INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VIÇOSA – IPREVI

Viçosa/MG  
Março / 2022

Instituto de Previdência Municipal dos Servidores  
Públicos do Município de Viçosa  
CNPJ: 05.665.754/0001-84  
Tel.: (31) 3891-9009 - Fax.: (31) 3891-3772

Avenida P.H. Rolfs, 81 - 3º Andar - Sala 301  
Centro - CEP: 36.570-000 - Viçosa/MG  
E-mail: [iprevi.vicosa@gmail.com](mailto:iprevi.vicosa@gmail.com)  
Site: [www.iprevi.vicosa.mg.gov.br](http://www.iprevi.vicosa.mg.gov.br)

---

## Gestor responsável pela entidade

---

EDIVALDO ANTONIO DA SILVA ARAUJO

CPF: 983.642.866-68

---

---

## Integrantes do Controle Interno

---

CÁSSIA MARIA LOPES SALGADO

CPF: 332.946.586-72

SEBASTIÃO ADILSON FRANCO

CPF: 805.040.946-53

DÊNIO JOSÉ VIANA

CPF: 423.584.426-15

---



## Índice

1. Apresentação
2. Introdução
3. Avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
4. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão orçamentária.
5. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão financeira
6. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão patrimonial
7. Análise da observância dos limites para inscrição de despesas em restos a pagar.
8. Análise da observância dos limites e condições para a realização da despesa total com pessoal.
9. Informações quanto à destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.
10. Certificação de que os registros dos créditos de natureza previdenciária do fundo próprio de previdência foram conciliados com as dívidas de natureza previdenciária apresentadas nos demonstrativos contábeis das entidades municipais, especialmente no que diz respeito a Restos a Pagar, Dívida Ativa, Contribuições a Receber e Empréstimos. Procedimentos adotados para possibilitar a cobrança, inclusive de exercícios anteriores, de contribuições não recebidas dos segurados e do patrocinador.
11. Comportamento da arrecadação de receitas de contribuições em relação à previsão contida na lei do orçamento, com indicação das principais medidas adotadas para limitação de despesas quando verificado o déficit na arrecadação.
12. Data da realização do último cálculo atuarial, nome do atuário e número de seu registro no IBA – Instituto Brasileiro de Atuária.

13. Avaliação dos procedimentos adotados quando da renegociação dos créditos de natureza previdenciária da entidade, com a indicação do devedor e do valor renegociado, dos critérios utilizados para a correção da dívida, do número de parcelas por período a serem amortizadas ou de outras condições de pagamento pactuadas.

14. Avaliação sobre as providências adotadas pelo gestor diante de danos causados ao erário.

15. Atendimento aos artigos 8º, 10 e 11 da Portaria MPAS nº 4.992/99/ Artigos 10º, 14º e 24º da Portaria MPS 402/2008.

16. Atendimento aos incisos I e II do § 3º do artigo 10 da IN nº 09/2008.

17. Percentual Contributivo dos servidores ativos, inativos e pensionista.

18. Informação do valor do déficit do Instituto.

19. Informação dos valores recebidos da Prefeitura, Câmara, IMAS, SAAE e IPREVI.

20. Conclusão.

## 1. Apresentação

Nos termos do art. 74 da Constituição Federal, art. 59 da Lei Complementar nº 101/00, artigos 63 a 66 da Lei Complementar nº 10/2008 e em atendimento ao disposto na Instrução Normativa nº 09/2008 do TCE/MG, ao artigo 66 da Lei Municipal, combinados com os artigos 75 a 80 da Lei n.º 4.320/64, apresentamos o Relatório de Controle Interno da Prestação de Contas do exercício de 2021.

## 2. Introdução

O encerramento das contas do exercício financeiro de 2021 deixou evidenciada a evolução das práticas adotadas na administração pública com relação ao planejamento e acompanhamento da execução orçamentária.

A metodologia criada pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF para garantir o equilíbrio, a transparência e o controle das contas públicas está se consolidando a medida do uso, demonstrando que a condução dos negócios públicos está pautada na gestão fiscal responsável.

Nestes aspectos, procurou-se durante o ano de 2021, otimizar a prestação de serviços internos e externos, sendo incisivos e exigentes quanto à necessidade de planejar a programação financeira e a realização dos desembolsos, preservando a legalidade e desta forma também garantindo a legitimidade dos processos.

A postura do Controle Interno neste processo foi a de atuar de forma integrada, visando o cumprimento dos programas e metas do governo, atendendo desta forma toda a legislação que rege a matéria, acompanhando de forma prévia, concomitante e subsequente todas as ações desenvolvidas, visando à proteção dos ativos, a obtenção de informações adequadas, a promoção da eficiência operacional, a estimulação da obediência e do respeito às políticas da administração, zelando também pela gestão otimizada dos processos desta administração.

## 3. Avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias

O Plano Plurianual – PPA foi utilizado como um instrumento de planejamento estratégico das ações deste governo, orientando inclusive a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e da Lei Orçamentária Anual – LOA.

Procurou-se organizar todas as ações a serem desenvolvidas em programas, compatibilizando-os aos recursos disponíveis, decorrente do planejamento da receita e da despesa e da entrada e saída efetiva de recursos financeiros.

Na avaliação do cumprimento das metas correlacionaram-se a eficácia, a eficiência e a efetividade, de forma que nosso objetivo foi o de constatar que a meta atingida foi a meta proposta.

Também se considerou a arrecadação das receitas previstas do Instituto como suficiente para realizar todos os programas/ações definidos no PPA, embora ter havido a necessidade de recebimento dos repasses para cobertura da insuficiência financeira do Fundo Financeiro, foram efetuados de forma eficiente a fim cumprir com as obrigações das despesas do Fundo no prazo estabelecido.

A LDO estabeleceu-se como o elo entre o PPA e a LOA. Ao elaborar a LDO selecionamos dentre os programas/ações estabelecidos no PPA, aqueles que considerávamos prioritários na execução da LOA.

Desta forma, a LDO foi o instrumento de planejamento que estabeleceu as metas e prioridades, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientando desta forma a elaboração da LOA.

### 3.1. Ações e metas estabelecidas no PPA e na LDO

Apresenta-se a seguir a avaliação do PPA a qual remete também para o cumprimento das prioridades elencadas na LDO.

Quadro 01

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS ESTABELECIDAS NO PPA E NA LDO								
EXERCÍCIO DE 2021								
AÇÕES/METAS PREVISTAS NO PPA E NA LDO	PRIORITÁRIA		REALIZAÇÃO			VALOR		% REALIZADO
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	PARCIAL	PREVISTO ATUALIZADO (R\$)	REALIZADO (R\$)	
<b>ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO FINANCEIRO</b>								
RECOLHIMENTO DO PASEP - FF	X		X			90.000,00	89.152,91	99,06
SENTENÇAS JUDICIAIS - FF	X		X			8.000,00	3.941,83	49,27
AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIP.- FF	X		X			17.500,00	12.105,95	69,18
ADEQ. E REPAROS NA SEDE - FF	X			X		13.000,00	0,00	0,00
MANUTENÇÃO DAS ATIV. ADM. - FF	X		X			198.500,00	147.694,16	74,41
PAGAMENTOS DE PESSOAL E ENCARGOS - FF	X		X			505.000,00	416.709,67	82,52
REALIZAÇÃO CONCURSO PÚBLICO - FF	X			X		35.000,00	0,00	0,00

MANUT. COMITE DE INVESTIMENTOS E CONSELHOS - FF	X		X		31.000,00	15.515,38	50,05
VISITA TÉCNICA E CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES - FF	X		X		36.000,00	24.729,46	68,69
HOMENAGENS, RECEPÇÕES E FESTIVIDADES - FF	X		X		7.000,00	634,67	9,07
DIVULG.OFICIAL E INSTITUCIONAL - FF	X		X		9.000,00	6.835,36	75,95
<b>PREVIDÊNCIA DO FUNDO FINANCEIRO</b>							
RECOLHIMENTO DO PASEP - FF	X		X		500,00	131,15	26,23
MANUT. DOS PROVENTOS APOSENT. FF	X		X		26.439.500,00	26.028.933,28	98,48
MANUT. DAS PENSÕES - FF	X		X		3.330.000,00	3.046.881,30	91,50
PAGTO. DE SENTENÇAS JUDICIAIS - FF	X		X		30.000,00	21.089,45	70,30
PAGTO DE COMP. FINANCEIRA - FF	X		X		20.000,00	1.648,71	8,24
<b>ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO</b>							
RECOLHIMENTO PASEP - FP	X		X		82.000,00	81.012,53	98,80
SENTENÇAS JUDICIAIS - FP	X		X		8.000,00	3.941,83	49,27
AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIP. - FP	X		X		17.500,00	12.105,95	69,18
ADEQUAÇÕES E REPAROS NA SEDE DO INSTITUTO - FP	X		X		13.000,00	0,00	0,00
MANUTENÇÃO DAS ATIV. ADM. - FP	X		X		192.500,00	147.046,63	76,39
PAGAMENTO DE PESSOAL E ENCARGOS - FP	X		X		511.000,00	420.507,86	82,29
REALIZAÇÃO CONCURSO PÚBLICO - FP	X			X	36.000,00	0,00	0,00
MANUT. COMITE DE INVESTIMENTOS E CONSELHOS - FP	X		X		31.000,00	15.721,75	50,72
VISITA TÉCNICA E CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES - FP	X		X		41.000,00	24.729,44	60,32
HOMENAGENS, RECEPÇÕES E FESTIVIDADES - FP	X			X	7.000,00	634,64	9,07
CONCESSÃO DE BOLSA DE ESTUDOS AOS SERVIDORES - FP	X			X	2.000,00	0,00	0,00
DIVULGAÇÃO OFICIAL E INSTIT. - FP	X		X		9.000,00	6.835,34	75,95
<b>PREVIDÊNCIA DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO</b>							
RECOLHIMENTO DO PASEP - FP	X		X		60.000,00	81,71	0,14
MANUTENÇÃO DOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA - FP	X		X		1.290.000,00	1.092.476,87	84,69



MANUTENÇÃO DAS PENSÕES - FP	X		X		390.000,00	186.060,50	47,71
PAGTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS - FP	X			X	100.000,00	7.196,49	7,20
PAGAMENTO DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA - FP	X		X		40.000,00	5.610,47	14,03
RESERVA DO RPPS - FP	X			X	6.960.000,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>					<b>40.560.000,00</b>	<b>31.819.965,29</b>	<b>78,45</b>

As ações executadas pelo Instituto Municipal de Previdência no exercício de 2021 foram predominantemente voltadas à manutenção dos pagamentos de aposentadorias, pensões, bem como as despesas com manutenção administrativa.

#### 4. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão orçamentária

A LOA configurou-se como um instrumento de planejamento, indo além da mera estimativa de receita e despesa. Procurou-se, através da mesma, estabelecer políticas voltadas para o atendimento dos anseios dos segurados, equacionando-as com os recursos disponíveis no Instituto.

##### 4.1. Elaboração do Orçamento

A LOA, para o exercício financeiro de 2021, foi elaborada conforme disposições contidas na Lei nº 4.320/64, na Portaria nº. 42/99, do Ministério de Estado do Orçamento e Gestão, na Portaria nº 163/01 Interministerial da Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria de Orçamento Federal e suas alterações, nas demais Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e nas e demais legislações pertinentes, tendo sido aprovada por meio da **Lei Municipal n.º 2.879 de 23 de dezembro de 2020**.

Durante o processo de elaboração da proposta orçamentária, foram verificadas quais eram as demandas existentes neste Instituto e as providências para o seu equacionamento, combinadas com aquelas definidas no PPA, na LDO e com a expectativa de receita para o exercício.

Com relação à estimativa da receita, procurou-se adotar os seguintes critérios:

- A evolução média da receita nos últimos 03 (três) anos;
- Os fatores conjunturais que poderiam influenciar a produtividade de cada fonte;
- A previsão das contribuições patronais e dos servidores;
- A expansão do número de segurados;
- As alterações na remuneração dos segurados;
- A legislação vigente.

A fixação da despesa para cada unidade orçamentária decorreu do fato de examinar:

7

- As demandas internas existentes, conjugada com a observação histórica das despesas efetivamente realizadas nos 03 (três) últimos exercícios financeiros;
- As metas previstas no PPA;
- As metas e prioridades definidas na LDO;
- A fixação da reserva de contingência, conforme LDO;
- A fixação da reserva orçamentária;
- A receita estimada;
- A legislação vigente.

A receita do Instituto foi, portanto, estimada em R\$ 22.200.000,00 (vinte e dois milhões e duzentos mil reais) e a despesa foi fixada em R\$ 36.375.000,00 (trinta e seis milhões trezentos e setenta e cinco mil reais), conforme demonstrado no quadro abaixo:

Quadro 02

LEI ORÇAMENTÁRIA EXERCÍCIO DE 2021			
RECEITA PREVISTA POR CATEGORIA	VALOR (R\$)	DESPESA FIXADA POR CATEGORIA	VALOR (R\$)
<b>Receitas Correntes</b>	23.220.000,00	<b>Despesas Correntes</b>	30.128.000,00
Receitas de Capital	0,00	<b>Despesas de Capital</b>	22.000,00
Repasse a Receber	0,00	Reserva de Contingência	0,00
		<b>Reserva Orçamentária do RPPS</b>	10.410.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>23.220.000,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>40.560.000,00</b>

A proposta orçamentária do Instituto foi apresentada com desequilíbrio decorrente da insuficiência financeiras da do Fundo Financeiro devido às receitas não serem suficientes para arcar com despesas do Plano, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Quadro 3

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL EXERCÍCIO DE 2021			
PLANO	PREVISÃO	FIXAÇÃO	DIFERENÇA
<b>FUNDO FINANCEIRO</b>	R\$ 9.920.000,00	R\$ 27.260.000,00	-R\$ 17.340.000,00
<b>FUNDO PREVIDENCIÁRIO</b>	R\$ 13.300.000,00	R\$ 13.300.000,00	R\$ 0,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 23.220.000,00</b>	<b>R\$ 40.560.000,00</b>	<b>-R\$ 17.340.000,00</b>

A diferença estimada apresentada na LOA do exercício de 2021 será repassada ao Instituto pelo Poder Executivo – Administração Direta e Indireta e pelo Poder Legislativo de acordo com o levantamento mensal das receitas e despesas previdenciárias de cada Órgão. O quadro a seguir demonstra a estimativa de repasse por Órgão Municipal que apresenta déficit financeiro.

Quadro 4

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS EXERCÍCIO DE 2021	
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA	R\$ 14.745.000,00
CÂMARA MUNICIPAL DE VIÇOSA	R\$ 115.000,00
SERVIÇO AUT. ÁGUA E ESG. DE VIÇOSA	R\$ 2.480.000,00
TOTAL	R\$ 17.340.000,00

O Instituto Municipal de Assistência ao Servidor e o Instituto de Previdência Municipal dos Servidores Públicos do Município de Viçosa não apresentam insuficiências financeiras, portanto, não apresentam programação de transferência financeira para cobertura da insuficiência financeira.

#### 4.2. Do Orçamento

Após a publicação da LOA, atendendo o art. 8º da LRF, foram elaborados os quadros de programação financeira e cronograma mensal de desembolso, com o objetivo de manter o equilíbrio das contas públicas, os quais foram encaminhados ao Poder Executivo para consolidação.

A execução orçamentária foi realizada segundo os mandamentos definidos na Lei nº 4.320/64, Lei nº 8.666/93, LRF e demais legislações pertinentes.

Desta forma e de maneira bem simples atentou-se primeiramente para a receita, geração e montante, e depois se definiu a despesa, quando seriam efetivados os gastos e os respectivos montantes, sempre de forma a estabelecer e a garantir o equilíbrio das contas do Instituto.

A programação financeira consistiu em planejar mensalmente o fluxo de entrada de recursos e com base nele estabelecer o cronograma de desembolso (saídas de caixa) e os valores a serem distribuídos através das cotas.

Nestes aspectos, a programação financeira – receita foi elaborada mensalmente com base:

- Na análise do comportamento de receita por receita;
- Nas indicações com base na proporção de receitas realizadas no ano anterior;
- Nas informações oriundas da proposta orçamentária aprovada para 2021;

Feita a programação da receita, estabeleceu-se o Cronograma de Desembolso Mensal – despesa, por meio de:

- Indicações baseadas no conhecimento das despesas fixas, tais como: folha de pagamento e encargos, água, energia, telefone, contratos, parcelamentos de dívidas e convênios;
- Indicações baseadas na proporção de despesas realizadas no ano anterior;
- Informações oriundas da proposta orçamentária aprovada para 2021;

Depois de elaboradas a programação financeira e o cronograma de desembolso, efetuou-se a distribuição das cotas, que corresponde ao recurso financeiro liberado em determinado período de tempo. Estes instrumentos visaram regular o equilíbrio fiscal durante a execução orçamentária e financeira.

### 4.3. Balanço Orçamentário

Por meio do Balanço Orçamentário pode-se observar a capacidade de planejamento, uma vez que o mesmo demonstra as receitas e as despesas previstas, em confronto com as realizadas, bem como fornece condições para verificar de forma global, o desempenho deste Instituto em termos de arrecadação e do emprego dos recursos públicos.

Quadro 05

RECEITA				
TÍTULOS	PREVISÃO INICIAL (R\$)	PREVISÃO ATUALIZADA (R\$)	RECEITAS REALIZADAS (R\$)	SALDO (R\$)
Receitas Correntes (I)	23.320.000,00	23.320.000,00	15.843.895,31	-7.376.104,69
Receitas de Capital (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Arrecadados em exerc. Anteriores (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Subtotal (IV) = (I+II+III)</b>	<b>23.320.000,00</b>	<b>23.320.000,00</b>	<b>15.843.895,31</b>	<b>-7.376.104,69</b>

Operações de crédito/Refinanciamento (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Subtotal (VI) = (IV + V)</b>	<b>23.320.000,00</b>	<b>23.320.000,00</b>	<b>15.843.895,31</b>	<b>-7.376.104,69</b>
<b>Déficit (VII)</b>			<b>-15.986.665,83</b>	
<b>TOTAL (VIII) - (VI + VII)</b>	<b>23.320.000,00</b>	<b>23.320.000,00</b>	<b>31.830.561,14</b>	<b>7.376.104,69</b>

DESPESA						
TÍTULOS	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Atualizada (R\$)	Despesas Empenhadas (R\$)	Despesas Liquidadas (R\$)	Despesas Pagas (R\$)	Saldo da Dotação (R\$)
Despesas Correntes (IX)	30.128.000,00	33.565.000,00	31.805.369,24	31.799.771,39	31.795.753,39	1.759.630,76
Despesas de Capital (X)	22.000,00	35.000,00	25.191,90	24.211,90	24.211,90	9.808,10
Reservas	10.410.000,00	6.960.000,00	0,00	0,00	0,00	6.960.000,00
<b>Subtotal das Despesas</b>	<b>40.560.000,00</b>	<b>40.560.000,00</b>	<b>31.830.561,14</b>	<b>31.823.983,29</b>	<b>31.819.965,29</b>	<b>8.729.438,86</b>
Amortização da dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Subtotal com Refinanciamento</b>	<b>40.560.000,00</b>	<b>40.560.000,00</b>	<b>31.830.561,14</b>	<b>31.823.983,29</b>	<b>31.819.965,29</b>	<b>8.729.438,86</b>
Superávit						
<b>TOTAL</b>	<b>40.560.000,00</b>	<b>40.560.000,00</b>	<b>31.830.561,14</b>	<b>31.823.983,29</b>	<b>31.819.965,29</b>	<b>8.729.438,86</b>

O valor da receita orçada para o exercício foi de R\$23.320.000,00 (vinte e três milhões trezentos e vinte mil reais) e efetivamente a arrecadação totalizou o montante de R\$ 15.843.895,31 (quinze milhões oitocentos e quarenta e três mil oitocentos e noventa e cinco reais e trinta e um centavos) que representa 70,98% do total estimado, ocorrendo uma insuficiência de arrecadação no Instituto no valor de R\$7.376.104,69 (sete milhões trezentos e setenta e seis mil cento e quatro reais e sessenta e nove centavos). O valor fixado da despesa para o exercício foi de R\$ 40.560.000,00 (quarenta milhões quinhentos e sessenta mil reais) e a execução da despesa totalizou em R\$ 31.819.965,29 (trinta e um milhões oitocentos e dezenove mil novecentos e sessenta e cinco reais e vinte e nove centavos), apresentando uma diferença de R\$ 8.729.438,86 (oito milhões setecentos e vinte e nove mil quatrocentos e trinta e oito reais e oitenta e seis centavos). Dessa forma foi apurando um déficit de R\$ 15.986.665,83 (quinze milhões novecentos e oitenta e seis mil seiscentos e sessenta e cinco reais e oitenta e três centavos).

### 4.4. Taxa de Administração

Quadro 06

DESPESA COM TAXA DE ADMINISTRAÇÃO EXERCÍCIO DE 2021	
TÍTULOS	R\$/%
Valor total da remuneração, proventos e pensões dos segurados vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social, relativamente ao exercício financeiro anterior (A)	81.956.033,18
Despesas Administrativas do IPREVI (B)	1.429.855,36
<b>Percentual despendido com taxa de administração (C = B / A * 100)</b>	<b>1,75%</b>
<b>Limite máximo permitido</b>	<b>2%</b>

Conforme determina o inciso I, do art. 15, da Portaria MPAS nº 402 de 10/12/2008, que regulamentou a Lei nº 9.717/1999, § 1º do art. 148 da Lei Municipal nº 2.366/2014 e art. 2º da Lei Municipal nº 2.800/2020 foi observado que o limite máximo da taxa de administração é de 2% (dois por cento) em relação ao total da remuneração, proventos e pensões dos segurados vinculados ao RPPS, relativamente ao exercício financeiro anterior.

As despesas custeadas com a taxa de administração observaram a orientação do Ministério da Previdência que esclareceu que podem ser custeadas pela taxa de administração todas as despesas administrativas, ou seja, aquelas que representam os gastos para a gestão do RPPS, beneficiando todas as fases do seu objeto social, tais como as despesas com pessoal, utilidades e serviços, despesas gerais e taxas. No exercício de 2021 o percentual despendido foi de 1,75%, respeitando o limite de 2%.

### 4.5. Créditos Adicionais

Os créditos suplementares destinados ao reforço de dotação orçamentária foram abertos em conformidade com o que prescreve o art. 40 da Lei nº 4.320/64 e art. 167, inciso V, da Constituição Federal do Brasil e respeitam o limite autorizado na Lei nº 2.879/2020 – Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2021 que é até o valor correspondente a 30% (trinta por cento) do montante no orçamento, que corresponde a R\$ 12.168.000,00. Os créditos adicionais atingiram o valor de R\$ 3.682.000,00 (três milhões seiscentos e dois mil reais), foi utilizado à anulação como fonte de recursos e o montante representa 9,08% (nove vírgula zero oito por cento) do valor do orçamento para o exercício de 2021.

Quadro 07

CRÉDITOS ADICIONAIS		
BASE DE CÁLCULO	CRÉDITOS ADICIONAIS AUTORIZADOS (30%)	CRÉDITOS ADICIONAIS REALIZADOS
R\$ 40.560.000,00	R\$ 12.168.000,00	R\$ 3.682.000,00
100%	30%	9,08%

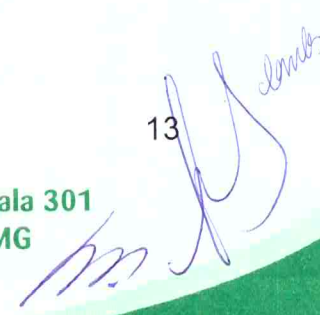
Ressalta-se que os créditos adicionais abertos foram regulamentados por Decreto Executivo, conforme demonstrado a seguir:

Quadro 08

CRÉDITOS ADICIONAIS - EXERCÍCIO DE 2021					
DATA	Nº DECRETO	CRÉDITOS ADICIONAIS			FONTE DE RECURSOS
		SUPLEMENTAR	ESPECIAIS	EXTRAORDINÁRIO	ANULAÇÃO
04/02/2021	5.617	R\$ 115.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 115.000,00
05/07/2021	5.652	R\$ 20.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 20.000,00
11/08/2021	5.667	R\$ 362.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 362.000,00
28/09/2021	5.885	R\$ 16.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 16.000,00
30/11/2021	5.702	R\$ 3.167.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.167.000,00
22/12/2021	5.717	R\$ 2.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.000,00
TOTAL	-	R\$ 3.682.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.682.000,00

#### 4.6. Análise do comportamento da receita arrecadada no exercício em relação aos exercícios anteriores

Promoveu-se aqui uma análise horizontal e vertical da receita orçamentária arrecadada nos últimos três anos.



Quadro 09

COMPARATIVO DA RECEITA ARRECADADA EXERCÍCIOS DE 2019, 2020 e 2021.								
EXERCÍCIOS	2019		2020			2021		
ESPECIFICAÇÃO	Arrecadação (R\$)	AV (%)	Arrecadação (R\$)	AH (%)	AV (%)	Arrecadação (R\$)	AH (%)	AV (%)
Receitas Correntes	19.895.885,49	100,00	20.844.068,40	104,77	100,00	15.843.895,31	76,01	100,00
Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>19.895.885,49</b>	<b>100,00</b>	<b>20.844.068,40</b>	<b>104,77</b>	<b>100,00</b>	<b>15.843.895,31</b>	<b>76,01</b>	<b>100,00</b>

Constatou-se que as receitas correntes participaram com 100% (cem por cento) das receitas orçamentárias, cabendo às receitas de capital o percentual de 0,00% (zero por cento). Ressalta-se que houve decréscimo na arrecadação das receitas em 2021 em relação a 2020. As principais receitas que contribuíram para a diminuição da arrecadação no exercício de 2021 em relação a 2020 foram remuneração dos recursos que teve um valor projetado no orçamento de R\$ 5.100.000,00 e foi arrecadado R\$ 57.077,48 decorrente da mudança na contabilização dos rendimentos na qual os rendimentos mensais foram lançados como variação patrimonial aumentativa quando positivo e variação patrimonial diminutiva quando negativo e a receita orçamentária da remuneração dos investimentos foi registrada no momento do resgate da aplicação, cujo resgate ocorreu com ganho; e compensação financeira que foi estimada em R\$ 2.885.000,00 e arrecadado R\$ 376.343,62.

#### 4.7. Análise do comportamento da despesa realizada no exercício em relação aos exercícios anteriores

Elaborou-se também uma análise horizontal e vertical na despesa orçamentária realizada nos últimos três anos.

Quadro 10

COMPARATIVO DA DESPESA REALIZADA EXERCÍCIOS DE 2019, 2020 e 2021.								
EXERCÍCIOS	2019		2020			2021		
ESPECIFICAÇÃO	Realizada (R\$)	AV (%)	Realizada (R\$)	AH (%)	AV (%)	Realizada (R\$)	AH (%)	AV (%)
Despesa Corrente	24.779.313,39	99,95	24.574.765,58	99,17	99,97	31.795.753,39	129,38	99,92
Despesa de Capital	11.610,63	0,05	7.119,71	61,32	0,03	24.211,90	340,07	0,08
Reserva do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>24.790.924,02</b>	<b>100,00</b>	<b>24.581.885,29</b>	<b>99,16</b>	<b>100,00</b>	<b>31.819.965,29</b>	<b>129,44</b>	<b>100,00</b>



Diante do demonstrado, pode-se constatar que as despesas no exercício de 2021 elevaram em relação ao período anterior em 29,44%. Isto se justifica devido aumento nos preços de bens e serviços em geral, além dos aumentos significativos de pagamento de benefícios previdenciários.

#### 4.8. Reserva orçamentária

A reserva orçamentária do RPPS é composta pelos ingressos previstos no exercício que ultrapassam as despesas fixadas, ou seja, são as receitas estimadas sem a expectativa de realização no ano corrente e é destinada a garantir desembolsos futuros. Isso ocorre quando a receita estimada é superior às despesas fixadas para o exercício. A reserva orçamentária foi estimada para o Fundo Previdenciário do Instituto no valor de R\$ 10.410.000,00 (dez milhões quatrocentos e dez mil reais), no entanto, foi anulado o montante de R\$3.450.000,00 (três milhões quatrocentos e cinquenta mil reais) como fonte de recurso para realizar créditos suplementares de outras dotações orçamentárias para pagamento de benefícios previdenciárias do Instituto.

### 5. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão financeira

#### 5.1. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro demonstra os recebimentos e os pagamentos de natureza orçamentária e extra orçamentária, ocorridos no exercício de 2021, conjugados com os saldos, em espécie, provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.

Em síntese, a execução financeira no exercício de 2021 assim se processou:

Quadro 11

BALANÇO FINANCEIRO EXERCÍCIO DE 2021					
INGRESSOS (R\$)	ATUAL	ANTERIOR	DISPÊNDIOS (R\$)	ATUAL	ANTERIOR
Orçamentários	15.843.895,31	20.844.068,40	Orçamentários	31.830.561,14	26.583.808,61
Transf. Fin. Recebidas	22.590.288,42	18.570.811,94	Transf. Fin. Concedidas	0,00	0,00
Extra Orçamentários	12.285.622,03	11.347.146,30	Extra Orçamentários	16.208.747,99	11.272.583,75
Disponível no Período Anterior	68.435.914,06	55.530.279,78	Disponível Período Seguinte	71.116.410,69	68.435.914,06
<b>TOTAL</b>	<b>119.155.719,82</b>	<b>106.292.306,42</b>	<b>TOTAL</b>	<b>119.155.719,82</b>	<b>106.292.306,42</b>

Procedimentos adotados relativos à execução financeira:

- O processo de pagamento assegura que foram cumpridas todas as formalidades legais;
- O boletim diário de caixa foi escriturado diariamente;
- As conciliações bancárias foram elaboradas mensalmente;
- Foram feitas retenções, quando necessárias, as quais foram registradas como receita extra orçamentária e o produto repassado ao Órgão competente;
- As aplicações financeiras foram efetuadas de acordo com a Resolução CMN nº 3.922/2010. Os rendimentos positivos foram registrados como Variação Patrimonial Aumentativas e os rendimentos negativos foram registrados como Variação Patrimonial Negativa e os resgates efetuados com lucros foram lançados como receita orçamentária patrimonial;
- O balanço financeiro confere com o quadro de apuração de receitas e despesas.

Apresenta-se a seguir as metas mensais de arrecadação (previsto e realizado).

Quadro 12

METAS MENSAS DE ARRECADAÇÃO			
2020			
Meses	Receitas Previstas (R\$)	Receitas Arrecadadas (R\$)	%
Janeiro	R\$ 1.778.900,00	R\$ 2.594.158,09	145,83%
Fevereiro	R\$ 1.784.250,00	R\$ 1.122.623,31	62,92%
Março	R\$ 1.789.260,00	R\$ 1.089.804,20	60,91%
Abril	R\$ 1.804.280,00	R\$ 1.103.901,31	61,18%
Mai	R\$ 1.809.300,00	R\$ 1.178.902,57	65,16%
Junho	R\$ 1.814.320,00	R\$ 1.296.814,16	71,48%
Julho	R\$ 1.835.330,00	R\$ 1.203.907,77	65,60%
Agosto	R\$ 1.835.330,00	R\$ 1.161.033,53	63,26%
Setembro	R\$ 1.857.540,00	R\$ 1.189.609,01	64,04%
Outubro	R\$ 1.874.540,00	R\$ 1.197.215,11	63,87%
Novembro	R\$ 1.915.750,00	R\$ 1.185.171,01	61,86%
Dezembro	R\$ 3.121.200,00	R\$ 1.520.755,24	48,72%
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 23.220.000,00</b>	<b>R\$ 15.843.895,31</b>	<b>68,23%</b>

As metas de arrecadação foram distribuídas com base na média de arrecadação mensal dos exercícios anteriores. As receitas arrecadadas atingiram 68,23% da previsão realizada para o exercício de 2021 que se justifica em virtude da metodologia de lançamento dos retornos dos investimentos do Instituto ter sido alterada, onde os retornos positivos e negativos foram registrados como Variação Patrimonial Aumentativa e Negativa, respectivamente. Havendo, portanto, o registro da receita patrimonial que foi orçada no montante de R\$ 5.100.000,00,

somente nos resgates com lucros e também pelo fato de que nesse exercício não houve análise de novos processos de COMPREV como previsto, assim os recebimentos foram somente referentes aos fluxos de pagamentos de processos deferidos em exercícios anteriores.

## 5.2. Disponibilidade de caixa

As disponibilidades de caixa do Instituto de Previdência Municipal dos Servidores Públicos do Município de Viçosa foram depositadas somente em bancos de primeira linha, permanecendo depositadas em contas separadas das demais disponibilidades do Ente e sendo aplicadas nas condições de mercado, com observância dos limites e condições de proteção e prudência financeira, não tendo sido feitas aplicações em títulos da dívida pública estadual e municipal, bem como em ações e outros papéis relativos às empresas controladas pelo Município ou empréstimos, de qualquer natureza, aos segurados e ao Poder Público.

Ressalta-se que os investimentos foram efetuados de acordo com a Resolução CMN nº 3.922/2010 e a Política de Investimentos para o exercício e devidamente registrada na Secretaria de Previdência Social.

### Demonstração dos saldos bancários Dezembro de 2021

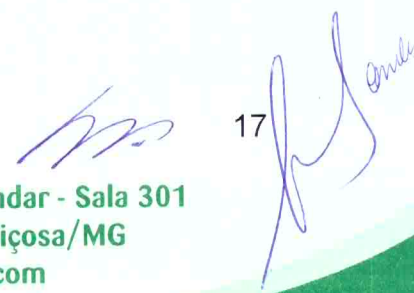
- ✓ Disponibilidades Financeiras: R\$ 340.000,64
- ✓ Investimentos e Aplicações: R\$ 70.776.410,05
- ✓ Total dos recursos: R\$ 71.116.410,69

## 6. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão patrimonial

### 6.1. Comparativo do Balanço Patrimonial

O Comparativo Patrimonial demonstra a posição patrimonial do Instituto no final do período, com detalhe das contas representativas dos bens, direitos e obrigações, evidenciando o saldo patrimonial – patrimônio líquido, comparando-se as movimentações patrimoniais entre os exercícios de 2020 e 2021.

Os saldos iniciais de todas as contas são idênticos ao saldo final apresentado no Balanço Patrimonial do exercício anterior.



Quadro 13

COMPARATIVO DO BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIOS DE 2020 e 2021					
ATIVO			PASSIVO		
TÍTULOS	2020 (R\$)	2021(R\$)	TÍTULOS	2020 (R\$)	2021(R\$)
Circulante	71.021.717,08	74.474.632,78	Circulante	2.010.566,71	128.323,71
Não Circulante	1.705.649,97	1.729.861,87	Não Circulante	57.824.920,55	72.155.781,08
			Patrimônio Líquido	12.891.879,79	3.920.389,86
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>72.727.367,05</b>	<b>76.204.494,65</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>72.727.367,05</b>	<b>76.204.494,65</b>

## Ativo Circulante

- Caixa e Equivalentes de Caixa - não constam valores em caixa, ou seja, disponibilidade de valores em espécie, conforme, verificação efetuada no Balanço Financeiro e no Termo de Conferência de Caixa em 31/12/2021; os saldos bancárias das contas movimento conferem com os extratos bancários devidamente conciliados em 31/12/2021; no valor de R\$ 340.000,64 (Trezentos e quarenta mil e sessenta e quatro centavos).
- Créditos a Curto prazo – refere-se as contribuições previdenciárias do exercício de 2021 que não foram arrecadadas no próprio exercício cujo montante apurado é de R\$ 3.346.918,77 (Três milhões trezentos e quarenta e seis mil novecentos e dezoito reais e setenta e sete centavos).
- Investimentos e aplicações – refere-se ao saldo das aplicações no valor de R\$ 70.776.410,05 (Setenta milhões setecentos e setenta e seis mil quatrocentos e dez e cinco centavos) devidamente conciliados em 31/12/2021.
- Estoque – Refere-se aos bens de consumo que encontram-se no almoxarifado do Instituto no valor de R\$ 11.303,32 (onze mil trezentos e três reais e trinta e dois centavos). Para evitar quaisquer tipos de desvios é mantido de forma eficiente o controle de entradas e saídas do estoque, permitindo verificar e assegurar a consistência com a parte física. As instalações do almoxarifado estão em bom estado de conservação, podendo nelas ser armazenado o estoque.

## Ativo Não Circulante

- Bens Móveis e Imóveis - os saldos dos Bens Móveis e Imóveis conferem com o Inventário Geral Analítico de 31/12/2021, sendo que os bens incorporados e desincorporados estão especificados na relação denominada Demonstrativo dos Bens

Incorporados e Desincorporados. Constatou-se que é mantido de forma organizada o registro analítico dos bens de natureza permanente, que estão sendo expedidos termos de responsabilidade dos bens, que há controle de incorporações e desincorporações e que o inventário analítico foi elaborado de acordo com as formalidades legais.

## Passivo Circulante

- Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais refere-se aos benefícios de aposentadorias e pensões no valor de R\$ 3.470,80 (três mil quatrocentos e setenta reais e oitenta centavos).
- Contas a Pagar – Referem-se a fornecedores e prestações de serviços cujo valor é de R\$ 547,20 (quinhentos e quarenta e sete reais e vinte centavos).
- Demais obrigações – Refere-se aos saldos dos de consignação e conferem com os valores a recolher para terceiros em curto prazo no valor de R\$ 124.305,71 (cento e vinte e quatro mil trezentos e cinco reais e setenta e um centavos).

## Passivo Não Circulante

- Os saldos demonstrados no Balanço Patrimonial e na Avaliação Atuarial do exercício de 2021 estão em igualdade de valores, no montante de R\$ 72.155.781,08 (setenta e dois milhões cento e cinquenta e cinco mil setecentos e oitenta e um reais e oito centavos) referentes às Provisões Matemáticas Previdenciárias.

## Saldo Patrimonial

Em 2021, apurou-se um Patrimônio Líquido o valor de R\$ 3.920.389,86 (três milhões novecentos e vinte mil trezentos e oitenta e nove reais e oitenta e seis centavos).

### 6.2. Demonstração das Variações Patrimoniais

Quadro 14

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS					
EXERCÍCIO DE 2021					
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	EXERCÍCIO ATUAL (R\$)	EXERCÍCIO ANTERIOR (R\$)	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	EXERCÍCIO ATUAL (R\$)	EXERCÍCIO ANTERIOR (R\$)
Contribuições	18.720.458,89	18.566.321,03	Pessoal e Encargos	840.177,83	784.698,20
Variações Patrim. Aument. Financeiras	4.254,68	8.174.865,85	Benefícios Previdenciários e Assistenciais	30.354.351,95	25.226.327,85
Transferências Recebidas	22.590.288,42	18.570.811,94	Uso de Bens, Serv. e Consumo de Cap. Fixo	421.098,77	352.975,38
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	4.865.918,09	0,00	Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	0,00	0,00
Outras Variações Patrim. Aumentativas	409.023,03	5.388.420,55	Transferências	1.800,00	1.200,00
			Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos	6.856.026,07	3.874.614,54
			Contribuições	2.744.878,00	4.374.408,32
			Outras Variações Patrim. Diminutivas	14.330.860,53	9.082,50
<b>Total das Variações Patrim. Aumentativas</b>	<b>46.589.943,11</b>	<b>50.700.419,37</b>	<b>Total das Variações Passivas</b>	<b>55.561.433,04</b>	<b>34.623.306,79</b>
<b>RESULTADO PATRIMONIAL</b>				<b>-8.971.489,93</b>	<b>16.077.112,58</b>

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações ocorridas no Patrimônio durante o exercício, cujo resultado patrimonial foi no montante de -R\$ 8.971.489,93 (oito milhões novecentos e setenta e um mil quatrocentos e oitenta e nove reais e noventa e três centavos) que corresponde à diferença entre as VPA de R\$ 46.589.943,11 e VPD de R\$ 55.561.433,04.

### 6.3. Demonstração da Dívida Fundada Interna

Quadro 15

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA						
TÍTULOS	Saldo Anterior	Emissão	Atualização	Resgate	Cancelamento	Saldo Atual
Por Contratos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Por Títulos	Nada a declarar					
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

20

Este quadro demonstra a dívida de longo prazo, ou seja, a dívida com prazo de pagamento superior a 12 meses. Todas as obrigações de longo prazo (empréstimos, financiamentos e parcelamentos) estão corretamente demonstradas na Dívida Fundada.

- O saldo anterior apresentado na Demonstração da Dívida Fundada confere com o saldo apurado no final do ano anterior.

#### 6.4. Demonstração da Dívida Flutuante

Quadro 16

TÍTULOS	Saldo Anterior	Inscrição	Baixa	Cancelamento	Saldo Final
Depósitos e Consignações	226,26	2.049.514,45	1.925.435,00	0,00	124.305,71
Restos a Pagar de 2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar de 2021	0,00	10.595,85	0,00	0,00	10.595,85

Este quadro demonstra a dívida de curto prazo, ou seja, a dívida com prazo de vencimento inferior a 12 meses. Todas as obrigações do IPREVI de curto prazo estão corretamente demonstradas na Dívida Flutuante.

- Os saldos anteriores conferem com o saldo final apresentado no exercício anterior.
- O valor das inscrições confere com as receitas extras orçamentárias demonstradas no Balanço Financeiro.
- O valor das baixas confere com as despesas extras orçamentárias demonstradas no Balanço Financeiro.

#### 6.5. Demonstração dos Devedores Diversos

Quadro 17

DEMONSTRAÇÃO DOS DEVEDORES DIVERSOS						
TÍTULOS	Saldo Anterior	Inscrição	Restabelecimento	Baixa	Cancelamento	SaldoFinal
Restos a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos e consignações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

  
21  


Este quadro demonstra os créditos de curto prazo, ou seja, os créditos com prazo de vencimento inferior a 12 meses. Todos os créditos do Instituto de curto prazo estão corretamente demonstrados no quadro Devedores Diversos.

- Os saldos anteriores conferem com o saldo final apresentado no exercício anterior.

### 6.6. Inventário Geral Analítico

Todos os valores constantes no Inventário Geral Analítico de 31/12/2021 guardam paridade com as demais demonstrações contábeis.

Todos os valores constantes no Inventário Geral Analítico podem ser comprovados através de extratos, declarações, certidões e outros documentos hábeis.

### 6.7. Análise dos Índices das Contas Públicas

Quadro 18

ÍNDICE DE LIQUIDEZ IMEDIATA		
TÍTULO	2020	2021
Disponível em Caixa e Bancos (A)	R\$ 68.435.914,06	R\$ 71.116.410,69
Passivo Financeiro (B)	R\$ 2.010.842,06	R\$ 128.323,71
Índice de Liquidez Imediata (A/B)	R\$ 34,03	R\$ 554,20

O índice de pronta liquidez indica que para cada R\$1,00 (um real) de dívida em curto prazo de 2021 o Instituto possui disponível em Caixa e Bancos R\$ 554,20 (quinhentos e cinquenta e quatro reais e vinte centavos).

Quadro 19

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE		
TÍTULO	2020	2021
Ativo Financeiro (A)	R\$ 68.435.914,06	R\$ 71.116.410,69
Passivo Financeiro (B)	R\$ 2.010.842,06	R\$ 128.323,71
Índice de Liquidez Corrente (A/B)	R\$ 34,03	R\$ 554,20

O índice de pronta liquidez indica que para cada R\$1,00 de dívida em curto prazo de 2021 o Instituto possui disponível em Caixa e Bancos R\$ 554,20 (quinhentos e cinquenta e quatro reais e vinte centavos).



22





Quadro 20

ÍNDICE DE LIQUIDEZ REAL		
TÍTULO	2020	2021
Ativo Real (A)	R\$ 72.727.367,05	R\$ 76.204.494,65
Passivo Real (B)	R\$ 57.824.920,55	R\$ 72.155.781,08
Índice de Liquidez Real (A/B)	<b>R\$ 1,26</b>	<b>R\$ 1,06</b>

O índice de liquidez real indica que para cada R\$1,00 de compromisso a curto, médio e longo prazo de 2021 o Instituto possui R\$ 1,06 (um real e seis centavos) de ativo real.

Os índices de pronta liquidez e imediata diminuíram em 2021 se comparado com 2020, mas ainda mantêm as contas públicas equilibradas, atendendo o determinado no §1º do art. 1º da LRF.

### 7. Análise da observância dos limites para inscrição de despesas em restos a pagar

O Controle Interno conferiu a composição dos Restos a Pagar inscritos no exercício de 2021. Vejamos:

TIPO	EMPENHO /PARCELA	CREDOR	SITUAÇÃO	VALOR
SE	176/3	LIVRARIA E PAPELARIA NOBEL LTDA	NÃO PROCESSADO	R\$ 42,50
SE	177/3	LIVRARIA E PAPELARIA NOBEL LTDA	NÃO PROCESSADO	R\$ 42,50
EO	339	LIVRARIA E PAPELARIA NOBEL LTDA	NÃO PROCESSADO	R\$ 19,43
EO	340	LIVRARIA E PAPELARIA NOBEL LTDA	NÃO PROCESSADO	R\$ 19,42
SE	404/1	ALIANÇA ASSESSORIA E CONSULTORIA ATUARIAL	NÃO PROCESSADO	R\$ 1.995,00
SE	405/1	ALIANÇA ASSESSORIA E CONSULTORIA ATUARIAL	NÃO PROCESSADO	R\$ 1.995,00
EO	453	LIVRARIA E PAPELARIA COLEGIAL DE VIÇOSA	NÃO PROCESSADO	R\$ 742,00
EO	454	LIVRARIA E PAPELARIA COLEGIAL DE VIÇOSA	NÃO PROCESSADO	R\$ 490,00
EO	455	LIVRARIA E PAPELARIA COLEGIAL DE VIÇOSA	NÃO PROCESSADO	R\$ 490,00
EO	457	LIVRARIA E PAPELARIA COLEGIAL DE VIÇOSA	NÃO PROCESSADO	R\$ 742,00
<b>SUBTOTAL</b>				<b>R\$ 6.577,85</b>
SE	25/15	INSTITUTO PREVIDENCIA MUNICIPAL DO SERVIDOR	PROCESSADO	R\$ 132,36
SE	28/18	IMAS - INSTITUTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR	PROCESSADO	R\$ 195,46
SE	37/14	INSTITUTO PREVIDENCIA MUNICIPAL DO SERVIDOR	PROCESSADO	R\$ 132,36
SE	43/15	IMAS - INSTITUTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR	PROCESSADO	R\$ 195,46
SE	108/13	INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO	PROCESSADO	R\$ 1.112,86
SE	109/13	INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO	PROCESSADO	R\$ 1.112,86

SE	472/1	PAULO AFONSO DE FREITAS	PROCESSADO	R\$ 273,60
SE	473/1	PAULO AFONSO DE FREITAS	PROCESSADO	R\$ 273,60
EO	474	INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO	PROCESSADO	R\$ 294,72
EO	475	INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO	PROCESSADO	R\$ 294,72
<b>SUBTOTAL</b>				<b>R\$ 4.018,00</b>
<b>TOTAL</b>				<b>R\$ 10.595,85</b>

### 8. Análise da observância dos limites e condições para a realização da despesa com pessoal

#### 8.1. Despesa com pessoal

A apuração da despesa com pessoal ocorreu ao final de cada mês, tomando-se por base os gastos no mês de referência mais os gastos dos onze meses anteriores, adotando-se o regime de competência, ou seja, o mês de referência de empenho da folha de pagamento.

De acordo com a LRF, o gasto com pessoal do Município não poderá exceder a 60% da Receita Corrente Líquida apurada no período, sendo que o Poder Legislativo não poderá exceder a 6% e o Poder Executivo a 54%. Demonstrou-se no quadro abaixo os gastos com pessoal realizados os quais foram devidamente encaminhados à Prefeitura Municipal para consolidação.

Quadro 21

<b>LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000</b>		
<u>ESPECIFICAÇÃO</u>	<u>VALORES</u>	<u>%</u>
Receita Corrente Líquida	R\$ 276.706.513,91	100,00
Limite dos Gastos com Pessoal - Executivo	R\$ 149.421.517,51	54,00
<b>Despesas com Pessoal</b>	<b>R\$ 23.378.608,58</b>	<b>8,45</b>

A tabela acima demonstra o montante de R\$ 23.378.608,58 com despesas de pessoal que corresponde a 8,45 da Receita Corrente Líquida do Município Instituto e pode ser constatado que o Instituto obedeceu ao limite máximo de 54% com despesas com pessoal não contrariando, portanto, o art. 20, inciso III, "b" da Lei nº 101/2000.

Ressalta-se, entretanto, que R\$ 22.590.288,42 refere-se às despesas com aposentadorias e pensões do Fundo Financeiro empenhadas e pagas com Recursos do Tesouro. Esse

procedimento se justifica uma vez o Fundo em questão apresenta déficit financeiro mensal e não possui reservas financeiras, portanto, necessita de transferências para arcar com os pagamentos dos benefícios.

Quadro 22

LEI Nº 1.544/2003		
ESPECIFICAÇÃO	VALORES	%
Taxa de Administração - Limite Exercício de 2021	R\$ 1.639.120,66	100,00
Limite dos Gastos com Pessoal	R\$ 983.472,40	60,00
<b>Despesas com Pessoal</b>	<b>R\$ 788.320,16</b>	<b>48,09</b>

Conforme pode ser observado acima o Instituto cumpriu a exigência imposta pelo o artigo 30 da Lei Municipal nº 1.544/2003 que estabelece que as despesas com a folha de pagamento do IPREVI não pode ser superior a 60% do limite da taxa de administração no exercício.

### 9. Informações quanto à destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos

Quadro 23

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS EXERCÍCIO DE 2021		
HISTÓRICO	INGRESSO	APLICAÇÃO
Saldo do exercício anterior		
Construção de ...		
Aquisição de ...		
Pagamento de benefícios dos segurados		
NADA A DECLARAR		
<b>Totais</b>		
<b>Saldo para o exercício seguinte</b>		

No exercício financeiro de 2021 não obtiveram recursos arrecadados por meio de alienação de bens.

**10.** Certificação de que os registros dos créditos de natureza previdenciária do Instituto foram conciliados com as dívidas de natureza previdenciária apresentadas nos demonstrativos contábeis das entidades municipais, especialmente no que diz respeito a Restos a Pagar, Dívida Ativa, Contribuições a Receber e Empréstimos.

### - CERTIFICAÇÃO -

Certifica-se que os registros dos créditos de natureza previdenciária do Instituto de Previdência Municipal dos Servidores Públicos do Município de Viçosa estão conciliados com os registros inseridos nos demonstrativos contábeis das entidades municipais, especialmente aqueles referentes a restos a pagar, dívida ativa, contribuições a receber e empréstimos, conforme especificado no quadro a seguir:

Quadro 24

DEMONSTRATIVO DO REGISTRO DAS DÍVIDAS DE NATUREZA PREVIDENCIÁRIA NO FUNDO PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA E NAS ENTIDADES MUNICIPAIS – EXERCÍCIO DE 2021			
REGISTRO NO FUNDO PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA		REGISTRO NAS ENTIDADES	
TÍTULOS DAS CONTAS	R\$	TÍTULOS DAS CONTAS	R\$
Ativo Circulante Outros Créditos – Contribuições Previdenciárias a Receber	0,00	Passivo Financeiro – Restos a Pagar	0,00
Ativo Permanente – Outros Créditos – Contribuições Previdenciárias a Receber	3.346.918,77	Passivo Financeiro – Depósitos	0,00
Ativo Permanente – Créditos – Empréstimos Concedidos	0,00	Passivo Permanente - Dívida Fundada Interna – Empréstimos Recebidos do Fundo Próprio de Previdência	0,00
Ativo Permanente – Créditos – Parcelamento de Dívida Concedido	0,00	Passivo Permanente– Dívida Fundada Interna- Parcelamento de Débitos Com o Fundo Próprio de Previdência	0,00

O montante apresentado acima de R\$ 3.346.918,77 refere-se às contribuições previdenciárias da competência de 2021 que ficaram para serem repassadas no exercício de 2022, sendo R\$ 3.041.956,47 valores devido da Prefeitura Municipal de Viçosa; R\$ 233.383,76 valores devidos do Serviço Autônomo de Água e Esgoto; e R\$ 21.578,54 valores devidos do Instituto Municipal de Assistência ao Servidor.

*Welles*

*[Handwritten signature]*  
26

### 11. Comportamento da arrecadação de receitas de contribuições em relação à previsão contida na lei do orçamento, com indicação das principais medidas adotadas para limitação de despesas quando verificado o déficit na arrecadação.

Quadro 25

ESPECIFICAÇÃO DAS RECEITAS						
DESCRIÇÃO DA RECEITA	DR	METAS DE ARRECADAÇÃO	RECEITAS REALIZADAS			
			FF	FP	TOTAL	%
CONTRIBUIÇÃO SERVIDOR ATIVO CIVIL	103	R\$ 4.950.000,00	R\$ 2.412.211,90	R\$ 3.129.586,07	R\$ 5.541.797,97	111,96%
MULTAS E JUROS DE MORA CONTRIBUIÇÕES SERVIDOR	103	R\$ 60.000,00	R\$ 2,84	R\$ 1.424,89	R\$ 1.427,73	2,38%
CONTRIBUIÇÃO SERVIDOR INATIVO CIVIL	103	R\$ 180.000,00	R\$ 311.442,11	R\$ 13.448,11	R\$ 324.890,22	180,49%
CONTRIBUIÇÃO PENSIONISTA CIVIL	103	R\$ 5.000,00	R\$ 4.595,51	R\$ 0,00	R\$ 4.595,51	91,91%
CONTRIBUIÇÃO SENTENÇAS JUDICIAIS - SERVIDOR	103	R\$ 20.000,00	R\$ 3.214,49	R\$ 1.048,93	R\$ 4.263,42	21,32%
CONTRIBUIÇÃO SENTENÇAS JUDICIAIS - PATRONAL	103	R\$ 40.000,00	R\$ 4.853,30	R\$ 1.591,18	R\$ 6.444,48	16,11%
REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS DO RPPS	103	R\$ 5.100.000,00	R\$ 15.036,04	R\$ 42.041,44	R\$ 57.077,48	1,12%
OUTRAS RESTITUIÇÕES	103	R\$ 50.000,00	R\$ 30.124,92	R\$ 2.554,49	R\$ 32.679,41	65,36%
COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE RGPS E RPPS	103	R\$ 2.855.000,00	R\$ 366.233,06	R\$ 10.110,56	R\$ 376.343,62	13,18%
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL SERV. ATIVO CIVIL	103	R\$ 9.840.000,00	R\$ 4.161.179,69	R\$ 5.330.368,83	R\$ 9.491.548,52	96,46%
MULTAS E JUROS DE MORA CONTRIBUIÇÕES PATRONAL	103	R\$ 120.000,00	R\$ 5,67	R\$ 2.821,28	R\$ 2.826,95	2,36%
<b>TOTAL</b>	-	<b>R\$ 23.220.000,00</b>	<b>R\$ 7.308.899,53</b>	<b>R\$ 8.534.995,78</b>	<b>R\$ 15.843.895,31</b>	<b>68,23%</b>
<b>%</b>	-	<b>100,00%</b>	<b>46,13%</b>	<b>53,87%</b>	<b>100,00%</b>	<b>-</b>

A receita prevista para o exercício de 2021 foi no montante de R\$ 23.220.000,00 e efetivamente realizado o valor de R\$ 15.843.895,31 que corresponde a 68,23%, sendo que R\$ 7.308.899,53 vinculadas ao Fundo Financeiro e R\$ 8.534.995,78 vinculadas ao Fundo Previdenciário.

### 12. Data da realização do último cálculo atuarial, nome do atuário e número de seu registro no IBA – Instituto Brasileiro de Atuário.

Quadro 26

INFORMAÇÕES SOBRE O CÁLCULO ATUARIAL
DATA FOCAL DOS DADOS: 30 de novembro de 2021
DATA BASE DOS DADOS: 22 de fevereiro de 2022
NOME DO ATUÁRIO: Raphael Karol Cunha da Silva
NÚMERO DE REGISTRO DO ATUÁRIO NO IBA: MIBA 1.453 – CPF: 058.674.496-70
NOME DO ATUÁRIO: Carlos Spinola Ribeiro
NÚMERO DE REGISTRO DO ATUÁRIO NO IBA: MIBA 12.080 – CPF: 060.917.386-31

**13. Avaliação dos procedimentos adotados quando da renegociação dos créditos de natureza previdenciária da entidade, com a indicação do devedor e do valor renegociado, dos critérios utilizados para a correção da dívida, do número de parcelas por período a serem amortizadas ou de outras condições de pagamento pactuadas.**

Quadro 27

AVALIAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS ADOTADOS QUANDO DE RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA PARA COM O INSTITUTO PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA – EXERCÍCIO DE 2021	
NOME DA ENTIDADE DEVEDORA:	
VALOR DO CRÉDITO RENEGOCIADO (VALOR NOMINAL)	R\$0,00
ÍNDICE UTILIZADO PARA CORREÇÃO DO CRÉDITO	R\$0,00
VALOR DO CRÉDITO RENEGOCIADO (VALOR CORRIGIDO)	R\$0,00
NÚMERO DE PARCELAS A SEREM AMORTIZADAS	R\$0,00
PERIODICIDADE DO PAGAMENTO DE CADA PARCELA	MENSAL
CRITÉRIOS E OUTRAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO PACTUADAS:	

Não ocorreu, no exercício de 2021, renegociação de dívida de natureza previdenciária.

**14. Avaliação sobre as providências adotadas pelo gestor diante de danos causados ao erário.**

Quadro 28

AVALIAÇÃO SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELO GESTOR DIANTE DE DANOS CAUSADOS AO ERÁRIO-EXERCÍCIO DE 2018					
PROCESSO	Nº	DATA DE INSTAURAÇÃO	DATA DE COMUNICAÇÃO AO TCE/MG	CAUSAS	RESULTADO
SINDICÂNCIAS		Nada a declarar.			
INQUÉRITOS		Nada a declarar.			
PROCESSOS ADMINISTRATIVOS		Nada a declarar			

Não ocorreu, no exercício de 2021 danos causados ao erário.

**15. Atendimento aos artigos 10º, 14º e 24º da Portaria MPS nº 402/2008.**

As contribuições do Município e as contribuições do pessoal civil, ativo e inativo, e dos pensionistas, somente são utilizadas para pagamento de benefícios previdenciários do Instituto não sendo utilizados tais recursos para fins de assistência médica e financeira de

28  
*[Handwritten signatures]*

qualquer espécie, conforme determina o art. 14 da Portaria nº 402, de 10 de dezembro de 2008 do Ministério da Previdência Social.

No Município de Viçosa existe apenas um Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos e uma unidade gestora do respectivo regime, conforme determina o art. 10 da Portaria nº 402, de 10 de dezembro de 2008, do Ministério da Previdência Social.

Não foi celebrado nenhum convênio, consórcio ou outra forma de associação para a concessão de benefícios previdenciários entre o Município e o Estado, conforme determina o art. 24 da Portaria nº 402, de 10 de dezembro de 2008, do Ministério da Previdência Social.

## **16. Atendimento aos incisos I e II do § 3º do artigo 10 da Instrução Normativa nº 09/2008.**

A base de dados dos contribuintes e segurados ativos são atualizados através de importação de arquivos enviados pelos patrocinadores e armazenados em Sistema de Gerenciamento de Dados na sede do Instituto, e são gerenciados pelas cópias impressas das folhas de pagamento arquivadas no Instituto. E os dados dos inativos e pensionistas são atualizados através de recadastramento periódicos com prazo não superior a cinco anos.

No exercício de 2021 foram realizados pagamentos referentes às despesas a título de obrigações patronais para o Instituto Nacional do Seguro Social no valor de R\$ 37.867,60 (trinta e sete mil e oitocentos e sessenta e sete reais e sessenta centavos) referentes aos servidores não vinculados ao Instituto e prestadores de serviços pessoa física e para o Instituto de Previdência Municipal dos Servidores Público de Viçosa no valor de R\$ 108.138,78 (cento e oito mil cento e trinta e oito reais e setenta e oito centavos) referente as obrigações patronais dos servidores vinculados ao IPREVI e R\$ 15.435,41 (quinze mil quatrocentos e trinta e cinco reais e quarenta e um centavos) obrigações patronais dos servidores vinculados ao IMAS – Instituto Municipal de Assistência ao Servidor.

## **17. Percentual Contributivo dos servidores ativos, inativos e pensionista.**

Os percentuais de contribuição se processaram da seguinte forma:

- Janeiro a março de 2021: ativos 11%, inativos 11% e pensionistas 11%;
- Abril a dezembro de 2021: ativos 14%, inativos 14% e pensionistas 14%.

A alíquota de contribuição dos servidores ativos incide sobre a base de contribuição. Os aposentados e pensionistas contribuem sobre a parcela que excede o teto do RGPS que no exercício de 2021 é R\$ 6.433,57.

### 18. Informação do valor resultado atuarial

De acordo com a Avaliação Atuarial de 2022 o Fundo Previdenciário apresentou resultado superavitário no valor de R\$ 20.714.244,95. Os exercícios de 2021 e 2020 apresentaram superávit nos montantes de R\$ 23.495.729,37 e R\$ 4.975.417,06, respectivamente. Ressalta-se que o Fundo encontra-se equilibrado financeiramente e atuarialmente.

O Fundo Financeiro teve um resultado deficitário de R\$ 799.164.715,48, portanto, encontra-se com insuficiência financeira, na qual existe a necessidade de transferências financeiras mensais para garantir o pagamento dos benefícios previdenciários deste Fundo, conforme demonstrado no próximo item.

### 19. Informação dos valores recebidos a título de transferências financeiras para cobertura do déficit atuarial.

Quadro 29

REPASSE PARA COBERTURA DAS INSUFICIÊNCIAS FINANCEIRAS						
COMPETÊNCIA	ESTIMATIVA	VALORES REPASSADOS				TOTAL REPASSADO
		PMV	SAAE	CÂMARA	IMAS	
JANEIRO	1.329.230,00	852.943,88	131.068,98	4.649,25	0,00	988.662,11
FEVEREIRO	1.329.230,00	1.284.423,38	187.439,53	7.706,87	0,00	1.479.569,78
MARÇO	1.329.230,00	1.333.260,44	197.402,03	7.725,09	0,00	1.538.387,56
ABRIL	1.329.230,00	1.331.856,58	201.950,83	18.032,22	0,00	1.551.839,63
MAIO	1.329.230,00	1.272.086,62	186.207,55	18.726,82	0,00	1.477.020,99
JUNHO	1.329.230,00	1.248.722,04	167.209,29	19.421,43	0,00	1.435.352,76
1ª PARCELA 13ª	1.998.000,00	853.326,29	131.349,39	13.168,25	3.723,13	2.561.024,74
JULHO		1.338.742,75	201.407,79	19.307,14	0,00	
AGOSTO	1.329.230,00	1.361.917,82	215.732,26	19.294,27	0,00	1.596.944,35
SETEMBRO	1.329.230,00	1.339.917,99	203.129,76	19.096,19	0,00	1.562.143,94
OUTUBRO	1.329.230,00	1.392.576,00	203.716,43	19.307,14	0,00	1.615.599,57
NOVEMBRO	1.329.230,00	3.739.674,40	203.822,11	19.307,14	0,00	3.962.803,65
2ª PARCELA 13ª	2.049.700,00	979.430,80	133.160,20	13.168,25	0,00	1.125.759,25
DEZEMBRO		1.481.423,97	194.448,98	19.307,14	0,00	1.695.180,09
TOTAL	17.340.000,00	19.810.302,96	2.558.045,13	218.217,20	3.723,13	22.590.288,42



O Fundo Financeiro do IPREVI apresenta, desde julho de 2015, insuficiências financeiras, ou seja, as receitas arrecadadas mensalmente são inferiores às despesas com benefícios. Dessa forma, a Prefeitura Municipal de Viçosa - PMV, a Câmara Municipal de Viçosa - CMV, o Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE e o Instituto Municipal de Assistência ao Servidor - IMAS efetuaram, no exercício de 2021 transferências financeiras para cobertura do déficit do Fundo, correspondente à diferença entre as receitas e despesas realizadas a cada mês no montante de R\$ 22.590.288,42 (vinte e dois milhões quinhentos e noventa mil duzentos e oitenta e oito reais e quarenta e dois centavos).

O Instituto de Previdência Municipal dos Servidores Públicos do Município de Viçosa não apresentaram insuficiências financeiras, portanto, não participaram da transferência financeira para cobertura da insuficiência.

## 20. Conclusão

O processo de Prestação de Contas foi examinado por este Controle Interno e verificou-se que o mesmo encontra-se devidamente instruído, com os elementos de que trata a Instrução Normativa nº 09/2008 e representa de forma fidedigna as informações e os documentos que deram origem às peças contidas no processo.

Através dos acompanhamentos realizados durante o exercício em referência, verificou-se que todas as recomendações/determinações expedidas por este Controle Interno foram objeto de ações com vistas ao cumprimento das mesmas.

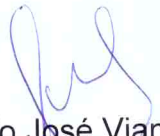
Nos nossos trabalhos examinaram-se os controles internos administrativos do Instituto com base nos procedimentos e técnicas utilizadas, e concluiu-se que os mesmos estão devidamente adequados e aderentes às normas internas do órgão controlado.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis apresentadas, representam adequadamente em todos os aspectos legais, a posição patrimonial, financeira e atuarial do Instituto em 31 de dezembro de 2021 referente ao exercício findo naquela data, de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade, estando, portanto, a Prestação de Contas em condições de ser submetida à apreciação do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

**Viçosa, 07 de março de 2022.**

  
Cássia Maria Lopes Salgado  
CPF: 332.946.586.72

  
Sebastião Adilson Franco  
CPF: 805.040.946-53

  
Dênio José Viana  
CPF: 423.584.426-15